

Da Sociedade da Informação a uma Sociedade da Participação e da Inclusão?

From information Society to a participant and inclusive Society?

Henrique Ferreira

Instituto Politécnico de Bragança – Escola Superior de Educação

henrique.ferreira@ipb.pt

Resumo

O autor descreve os pressupostos da democracia participativa nos sistemas sociais e nas organizações sociais formais e analisa os possíveis contributos das TIC para a melhoria e aperfeiçoamento da participação dos cidadãos. Na sequência, analisa as razões do triunfo da *Network* na educação e nas escolas

Palavras-chave: participação, organização, democracia participativa, cidadania, TIC, educação para a participação

Abstract

Author describes main theoretical foundations of participant democracy in social systems and in formal organizations and analyses contributions of CIT for improving and upgrading of citizenship participation. Also, analyses reasons for increasing utilization of Network in education and in schools.

Key words: participation, participant democracy, organization, citizenship, CIT, participant education

1. Introdução: os principais desafios da participação

A história da democracia, enquanto projecto político e de cidadania, está directamente ligada ao desenvolvimento da participação dos indivíduos 1) nos processos de decisão, 2) no controlo da orientação e da eficácia da execução das decisões, e 3 na acção ou individual, ou grupal ou colectiva no processo de aprendizagem, de despertar e de desenvolvimento pessoal e social (FERREIRA, 2007: 5-20).

A participação afirma-se também como estratégia para a construção da cidadania e da inclusão social (FERREIRA, 2002: 8). Nos domínios curricular e pedagógico, a participação tem sido conseguida quer pelo envolvimento dos aprendentes na acção, seja esta proposta ou co-construída, quer pelo desencadeamento de processos de audição e/ou co-decisão a professores, pais e alunos. Porém, nos domínios político e social, e a nível macro, do país, apesar de a extensão da participação a um cada vez maior número de pessoas ser um objectivo confessado e prosseguido, a sua consecução revela pouco sucesso, com excepção da universalização do direito de voto, embora em datas diferenciadas, em cada país, ao longo dos últimos cento e vinte anos ⁵, resultado da substituição dos direitos políticos baseados na propriedade pelos direitos humanos, cívicos, económicos, sociais e políticos que os estados contemporâneos se obrigaram a conceder a indivíduos desapossados da terra pela Revolução Industrial e desapossados do emprego e do salário pelo processo da concorrência económica e dos ganhos de produtividade.

Nas organizações sociais médias e pequenas e em pequenas comunidades populacionais, o processo de execução das decisões pode ser reformulável ou adaptável às circunstâncias, necessidades e contextos emergentes àquele processo a partir da reflexão que os indivíduos, em maior ou menor número, sobre ele produzam e expressem nas diferentes formas de opinião formalizada e/ou publicada. Mesmo assim, a participação não é extensiva a todos,

5 A universalização do direito de voto iniciou-se fora da Europa, na Nova Zelândia, em 1893, estendendo-se à Austrália, em 1902, à Alemanha, em 1906. Em Inglaterra, só em 1936, em França, só em 1945, em Portugal, em 1975, em Espanha, em 1977, e na Grécia, em 1978.

ficando reservada a especialistas ou a elites com influência privilegiada e acesso a meios de informação e de comunicação.

Não é este o caso dos processos curricular e pedagógico pois professores e alunos, em permanente contacto, podem regular permanentemente as decisões, as acções e as execuções, dependendo do modelo de ensino e de aprendizagem que adoptem, com preferência participativa para os modelos experientialistas, construtivistas e de interacção social.

Em organizações sociais grandes e em grandes comunidades populacionais, o processo da participação na execução, na sua reorientação e no seu controlo afigura-se difícil e só acedido por via directa, através de consultas a especialistas ou de referendos, sejam eles organizacionais, comunitários, municipais ou nacionais. No mais, a participação é uma participação diferida, não vinculativa para a entidade participada ou objecto de opinião, e manifesta-se através de artigos de opinião, acessíveis apenas a um pequeno número de indivíduos.

Daqui decorre a ilusão de participar que o cidadão comum manifesta acerca da orientação política de um partido ou de um país porque, votando para a eleição do secretário-geral do partido ou votando no partido, nas eleições legislativas, individual, presencial e directamente, nada mais consegue influenciar nem relativamente aos projectos de governação nem relativamente à sua orientação e decisão.

Daqui tem decorrido uma certa desilusão relativamente às possibilidades de democratização da democracia (CANOTILHO, 1999) pela via da participação embora permaneça sempre essa utopia necessária da construção de um acordo social pela via da participação, o mais possível directa, presencial e universal, garantia única do desenvolvimento da interacção social recíproca e da cidadania participante e participada (BOISMENU, 1992).

A Escola pode estar a salvo destas limitações, podendo instituir todas as formas de participação, sobretudo a participação directa na gestão curricular e pedagógica das actividades da turma e nas eleições para a escolha de representantes. Mas também a participação indirecta através de representantes nos órgãos de gestão institucional, intermédia e operacional. Mas é necessário não esquecer-lo, a Escola é uma organização onde a participação informal domina pelas relações interpessoais tanto fora como dentro de contextos formais e pela facilidade de comunicação entre as pessoas. As TIC e a INTERNET vieram, como vamos ver, melhorar imenso as possibilidades de participação e de comunicação, tanto no interior da organização escolar como entre esta e outras entidades, escolares ou não-escolares.

2. Desenvolvimento

2.1. O triunfo das TIC na Escola

A Escola é uma organização de relacionamentos humanos, portanto, de interacção social, de socialização, de acesso ao mundo através do conhecimento, e de transformação individual, através da motivação, da estimulação, da aprendizagem, da relação com os pares e de vivências lúdicas.

Transformadas em objectivos, estas finalidades implicam um processo tecnológico próprio, baseado na interacção comunicacional e na gestão da mediação entre o sujeito-aluno e os objectos/processos a que ele quer aceder ou a que os professores pretendem que ele aceda, o que faz emergir a questão da motivação e a questão dos métodos e meios de acesso.

O ser humano está formatado para aprender, primeiro por experiência física e posterior interiorização do resultado das acções, depois por experiência social, depois ainda por abstracção reflexiva e, finalmente, por relacionamento de abstracções e de hipóteses (PIAGET, 1979; FERREIRA, 2007:5).

O princípio da aprendizagem pela estimulação sensorial, pela acção física e pela actividade reflexiva sobre ela, e ainda pela interacção social e pela afectividade está adquirido desde Maria MONTESSORI e Roger COUSINET e consolidado com John DEWEY, com Sigmund FREUD, com Jean PIAGET, com Célestin FREINET e com Hilda TABA. Estas contribuições encontram-se detalhadas e fundamentadas em Louis NOT (1991) e em VANDAMPLAS-HOLPER (1983).

Segundo a definição de aprendizagem de DAVIES, ALEXANDER E YELLON (1979: 162), segundo a qual «A definição completa de aprendizagem enfatiza a noção de uma mudança relativamente permanente no comportamento como função da prática ou experiência», verificamos que a atracção pelos computadores resulta de uma mistura do conjunto de factores que fazem interagir motivação, experiência física, actividade motora, actividade perceptiva, relações espaço-temporais, relações de associação, relações de contiguidade, relações de causa-efeito e, sobretudo, o princípio essencial da auto-aprendizagem, o ensaio-e-erro.

Segundo os mesmos autores, o ensaio-e-erro através do computador afigura-se como estratégia fundamental na resolução e solução de problemas na medida em que o computador oferece uma espécie de resposta guiada ou, pelo menos, vários tipos de resposta que se podem experimentar até encontrar a solução mais adequada. Pode-se ver neste condicionamento operante uma base crítica para acusar o computador de fragilidade na aprendizagem de conceitos superiores. Porém, esta fragilidade é apenas aparente na medida em que os conceitos de natureza superior são construídos por interacção de relações sucessivas e de abstracção das suas invariantes funcionais

Para a compreensão destas elaborações intelectuais superiores, Jean Piaget propôs a abstracção reflexiva e majorante; e AUSUBEL, tanto a aprendizagem por descoberta significativa como sequências estruturadas de temas e tópicos encadeados, subordinantes e subordinados.

Valerá a pena ainda evocar os princípios de aprendizagem e motivação que de DAVIES, ALEXANDER E YELLON (1979: 195-215) estabelecem para uma aprendizagem eficaz. São eles:

- a) significação, segundo o qual um «estudante é mais capaz de ser motivado aprender coisas que são significativas para ele.» (p. 196);
- b) pré-requisitos, segundo o qual «um estudante é mais capaz de aprender algo de novo se ele tem todos os pré-requisitos necessários» à nova aprendizagem (p. 198);
- c) modelagem, segundo o qual «o estudante é mais capaz de adquirir novo comportamento se ele é apresentado para olhar e imitar.» (p. 200);
- d) comunicação aberta, segundo o qual «o estudante é mais capaz de aprender se a apresentação é estruturada de forma que as mensagens do instrutor estão abertas ao exame do estudante.» (p. 201);
- e) inovação, segundo o qual «um estudante é mais capaz de aprender se sua intenção é atraída por apresentações relativamente inovadoras.» (p. 202);
- f) prática activa apropriada, segundo o qual «o estudante é mais capaz de aprender se toma parte activa na prática desenvolvida para alcançar um objectivo (...)» (203);
- g) prática distribuída, segundo o qual «um estudante é mais capaz de aprender se a prática for programada em períodos curtos distribuídos no tempo.» (205); e
- h) redução, segundo o qual «um estudante é mais capaz de aprenderse as direcções da instrução são retiradas gradualmente.» (205).

Os princípios enunciados permitem interpretar a riqueza da aprendizagem através dos meios informáticos pois eles permitem pôr em prática o princípio da observação, da hipótese, da realização, da interpretação e discussão, traduzidos por Charles Maguerez, citado por BORDENAVE e PEREIRA (1984: 49) no seu esquema do arco de aprendizagem indutivo-reflexiva.

As TIC, pelo colorido e diversidade dos meios e processos, pelo movimento, pela agradabilidade da apresentação dos trabalhos, e ainda pela facilidade em rentabilizar e versatilizar as estruturas produzidas, transformaram-se em precisos auxiliares do trabalho escolar pela sua polivalência em experiência física e pela interacção entre diferentes operações, níveis de operações e encadeamento ausubeleano de temas, tópicos e de operações.

A pedagogia escolar teve assim um precioso recurso modernizador das mediações entre o sujeito e os objectos/processos, aperfeiçoando o essencial do processo tecnológico da escola, a comunicação, emprestando-lhe cor, movimento, desafio, tendência à transgressão positiva e à descoberta significativa. A escola e a educação podem e poderão reinventar-se graças a um auxílio exterior que chegou por via electrónica, praticamente sem custos para o utilizador

2.2. As oportunidades oferecidas à participação, ao bem-estar, à economia e à aprendizagem pelas tecnologias da informação e da Comunicação (TIC's)

Acresce que, antes da Sociedade da Informação e da Comunicação (SIC), o cidadão tinha ainda um outro grande problema: vivia só e os únicos elos de ligação aos outros eram constituídos pelas organizações onde trabalhava ou que frequentava. Hoje, graças à Sociedade da Informação e da Comunicação e aos seus diferentes meios de acesso à informação e de disseminação da comunicação, as possibilidades de participação, tanto na formação e estruturação das decisões como na manifestação de pareceres e opiniões sobre os modos da sua execução, podem ser muito maiores pela facilidade do acesso à informação e da interacção comunicacional, se inserido em redes sociais, as novas organizações intermédias de agregação social, face às tradicionais e menos procuradas, por ordem cronológica, igrejas e organizações das confissões religiosas, comunas, sindicatos e partidos políticos.

É certo que existem filtros formais a essa participação. Uma coisa é a interacção comunicacional no âmbito de uma rede social, no âmbito de uma plataforma ou ainda no âmbito de uma *intranet*, outra coisa é a nossa contribuição objectiva para um projecto ou acção específicos. Neste caso, a participação terá de ser sempre desencadeada pela entidade participada mas, cada vez mais, as diversas entidades se sujeitam a esta espécie de escrutínio público, com os objectivos de legitimarem a sua acção (numa perspectiva neoinstitucional) e de responderem à pressão que as opiniões publicadas exercem, tanto mais que o número de inscritos nas redes sociais e com acesso às diversas opiniões, pode atingir as centenas de milhões (casos, por exemplo, do *Youtube* e do *Facebook*).

Esta pressão dos fazedores de opinião publicada, que vai constituindo, muitas vezes, uma efectiva opinião pública, tanto sobre os actos políticos como sobre os sociais e organizacionais, tem feito com que as organizações sociais tenham instituído processos de comunicação com os seus clientes, de forma a averiguarem e a adaptarem-se aos gostos, interesses e necessidades deles. E, no caso de organizações do projecto de sociedade, como as televisões e rádios estatais, temos visto a promoção de programas de informação e de discussão de temas variados, através da intervenção ou directa ou telefónica ou via Web, de vários interessados e/ou convidados.

Porém, a SIC pode contribuir para alterar, ou alterar mesmo, **este paradigma da participação tradicional**, baseado na criação de um contexto e de uma estrutura de participação por parte de uma entidade ou com interesse na própria participação (*participação como tecnologia social* (LIMA, 1998), em benefício da entidade participada), ou promotora da

participação, em nome do interesse público (difuso ou concreto), num **paradigma de interação e de participação comunicativas, espontâneas**, por parte de indivíduos isolados, os quais constroem novos espaços de afiliação e agregação social, através de uma rede social.

Os casos do acesso às informações do que se passava no terreno na Guerra da Bósnia (1997-2000), da introdução do telefone celular, em 2000, em Timor Leste, e das recentes (do início de 2011) revoltas populares no Egipto e na Tunísia evidenciam a força agregadora destas redes sociais e a rapidez com que elas podem mobilizar a população para determinados fins. Mas também o perigo de as redes serem manipuladas por líderes menos escrupulosos porque se é verdade que a liberdade de inserção comunicativa na rede está salvaguardada, não é menos verdade que os indivíduos têm uma capacidade de influência e de poder social diferenciado, os quais, no limite, podem conduzir à demagogia e à manipulação.

Quando Benjamin Constant, em 1814, no seu *Principes de Politique*, teorizava que a democracia se baseava na educação, na informação e na discussão da informação para se constituir uma opinião pública crítica; quando John Stuart MILL, em 1859, no seu *On the Liberty*, inventava o conceito de democracia participativa com base na contribuição crítica individual para os assuntos públicos, graças a uma educação e informação sólidas, únicas bases sérias do bom uso da autonomia e da liberdade; quando McLHUAN, em 1960, no seu célebre artigo na revista *Le Monde*, teorizava o conceito de *aldeia global*, graças ao poder da televisão, das rádios e dos jornais, os quais, por gratuitos, se constituíam em poderosos meios de socialização e de uniformização da opinião pública; quando, em 1981, Jurgen HABERMAS publicou a sua *Theorie des kommunikativen Handelns (Teoria do Agir Comunicacional)* e, com ela, consagrava os sonhos de democracia participativa, de Jean-Jacques ROUSSEAU (1760), no seu *Du Contract Social*, e dos líderes da Revolução de Chicago, consagrados por Carole PATEMAN (1970) no seu *Participation and Democratic Theory*, e com tal teoria, consolidava, nos planos cultural e filosófico, os princípios do contrato de reciprocidade social e cultural, necessários a uma sociedade de homens e mulheres livres e solidários, propostos por John RAWLS (1971), ninguém imaginaria que chegaria o dia em que as pessoas tivessem ao seu dispor os meios suficientes para interagir sincrónica e dialógicamente, à distância de muitos milhares de quilómetros, como se estivessem presentes e se pudessem tocar e sentir, *hic et nunc*, e se pudessem agregar em pequenos, médios e grandes grupos, através de plataformas de comunicação, onde o virtual se tornou real e a socialização dos jovens parece tornar-se numa nova forma de socialização sem interacção física, sobre uma interacção física imaginada, construída, mas conducente, muitas vezes, à rejeição da própria interacção física corporal.

Graças à *World Wide Web*, vulgo *Internet*, e graças às tecnologias que, a partir do uso das potencialidades daquela rede comunicacional se desenvolveram, constituiu-se a *Network Society*, teorizada por Manuel CASTELLS (1998:1) como

«A technological revolution, centered around information technologies, is reshaping, at accelerated pace, the material basis of society. Economies throughout the world have become globally interdependent, introducing a new form of relationship between economy, state, and society, in a system of variable geometry.».

Esta nova sociedade, desenvolvida a partir de 1989, ano da consagração da *World Wide Web*, trouxe imensas vantagens em quase todos os aspectos da organização social. Referiremos aqui apenas as **vantagens para a comunicação, para a economia e para a educação**.

No que se refere à comunicação entre as pessoas, pode dizer-se que o telefone e a carta passaram a ter um uso muito reduzido, com excepção de encomendas, obrigando as organizações a diversificarem os seus ramos de negócio e, em última análise, a assumirem tecnologias de comunicação baseadas na própria *Web* e seus sucedâneos como os telefones celulares.

A rapidez das comunicações acelerou-se substancialmente e as pessoas que eram obrigadas a um enorme dispêndio económico para se encontrarem, passaram a ter um meio de se «encontrarem» virtualmente, sem necessidade de se deslocar e sem dispêndio financeiro.

Este último fenómeno também ocorreu na Escola, em geral, tendo sido possível baixar os custos da educação, para as famílias, graças à disponibilização, pelas escolas, de plataformas de *e-learning* ou de processos mistos, por exemplo, o *b-learning* e o *streamming*, baseados em *e-learning* e em algumas poucas sessões presenciais. O maior êxito, porém, foi conseguido com alunos doentes, impossibilitados de se deslocarem à Escola, nem sequer sendo necessário os professores deslocarem-se a casa do aluno mas apenas a disponibilização aos alunos dos meios tecnológicos e do *know-how* do uso das TIC.

Na vida económica e organizacional deu-se, sem dúvida, a maior revolução. Um imenso número de processos organizativos, de *hardware* e de *software* de gestão, de informação, de investigação, de tratamento da informação e de avaliação foi desenvolvido, transformando a gestão organizacional da administração pública e das empresas e tornando rapidamente arcaicas aquelas que não conseguiram assimilar o novo *«engineering* da organização, da avaliação e da comunicação. Foram construídos inclusive parâmetros de avaliação da governação electrónica de empresas e administrações públicas, motivando os governos para melhorar o seu lugar no *ranking* que, no caso português, coloca o país no quarto lugar a nível mundial. A mesma mudança tem ocorrido ao nível das comparações por Internet (JORNAL DE NOTÍCIAS On Line, 20/12/2010).

Em 1994, G. ARCHIER e Hervé SÉRIEYX calculavam que iria ocorrer um desemprego em massa, sobretudo nos países da OCDE, graças à modernização tecnológica da economia, tal como Alvin TOFFLER (1970) a havia profetizado, nos EUA, no âmbito da Terceira Vaga, mas o que aquele autor apresentava como sinal de crise pode hoje considerar-se como um aviso para o controlo demográfico que, não planeado, ameaça conduzir a economia para males bem maiores do que o desemprego embora possa reconstituir a sustentabilidade ambiental do planeta (Anthony GIDDENS, 2007: 602-637).

Contudo, não se pode atribuir nem a recessão económica actual nem a recessão demográfica ao triunfo da Web. Como assinala Manuel Castells, esta apenas se constituiu em mais um factor no conjunto de factores que condicionam os mercados (1998). Assumiu enorme relevância por coincidir com a abertura dos mercados graças ao Acordo Mundial de Comércio (globalização da economia) mas, em contrapartida, transformou-se num enorme factor de competitividade, de eficiência e de participação.

Além disso, a globalização da economia pode permitir a realização da profecia de uma dos liberais clássicos, Benjamin CONSTANT (1814:17) no seu *De l'esprit de conquête et d'usurpation*, onde afirma que, para *«acabar com a guerra, é necessário desenvolver o comércio»*, porque só este incrementará as relações pacíficas entre os povos.

Pelas TIC, a profecia e o desejo de Benjamin Constant podem ter mais uma oportunidade, se não a maior até hoje, para realizar-se.

2.1. O triunfo das TIC na Escola

A Escola é uma organização de relacionamentos humanos, portanto, de interacção social, de socialização, de acesso ao mundo através do conhecimento, e de transformação individual, através da motivação, da estimulação, da aprendizagem, da relação com os pares e de vivências lúdicas.

Transformadas em objectivos, estas finalidades implicam um processo tecnológico próprio, baseado na interacção comunicacional e na gestão da mediação entre o sujeito-aluno

e os objectos/processos a que ele quer aceder ou a que os professores pretendem que ele aceda, o que faz emergir a questão da motivação e a questão dos métodos e meios de acesso.

O ser humano está formatado para aprender, primeiro por experiência física e posterior interiorização do resultado das acções, depois por experiência social, depois por abstracção reflexiva e, finalmente, por relacionamento de abstracções e de hipóteses (PIAGET, 1979; FERREIRA, 2007:5).

O princípio da aprendizagem pela estimulação sensorial, pela acção física e pela actividade reflexiva sobre ela, e ainda pela interacção social e pela afectividade está adquirido desde Maria MONTESSORI e Roger COUSINET e consolidado com John DEWEY, com Sigmund FREUD, com Jean PIAGET, com Célestin FREINET e com Hilda TABA. Estas contribuições encontram-se detalhadas e fundamentadas em Louis NOT (1991) e em VANDAMPLAS-HOLPER (1983).

Para elaborações intelectuais posteriores, Jean Piaget propôs a abstracção reflexiva e majorante; e AUSUBEL, tanto a aprendizagem por descoberta significativa como sequências estruturadas de temas e tópicos encadeados, subordinantes e subordinados

As TIC, pelo colorido e diversidade dos meios e processos, pelo movimento, pela agradabilidade da apresentação dos trabalhos, e ainda pela facilidade em rentabilizar e versatilizar as estruturas produzidas, transformaram-se em precisos auxiliares do trabalho escolar pela sua polivalência em experiência física e pela interacção entre diferentes operações, níveis de operações e encadeamento ausubeleano de temas, tópicos e de operações.

A pedagogia escolar teve assim um precioso recurso modernizador das mediações entre o sujeito e os objectos/processos, aperfeiçoando o essencial do processo tecnológico da escola, a comunicação, emprestando-lhe cor, movimento, desafio, tendência à transgressão positiva e à descoberta significativa. A escola e a educação podem e poderão reinventar-se graças a um auxílio exterior que chegou por via electrónica, praticamente sem custos para o utilizador

3. Conclusão

Se Aldous Huxley teorizava, em 1926, um *Admirável Mundo Novo* pelos benefícios da ciência e da técnica para a cultura e civilização humana, a utopia, nos termos do paradigma de Júlio Verne, permite que o sonho e a ambição ultrapassem as fronteiras do real conhecido para se situar num real construído e, muitas vezes, não tocável fisicamente. A evolução das TIC tem ainda um caminho imenso a percorrer e continuará a melhorar, certamente, os processos de comunicação, de interacção social, de educação, de tecnologia educativa, de participação e de inclusão social e escolar.

Referências bibliográficas

- ARCHIER, G. e SÉRIEYX, H. (1984). *L'Entreprise du Troisième Type*, Paris, Éditions du Seuil
- AUSUBEL, D. P.; J. D. NOVAK; e H. HANNESIAN, H. (1980): *Psicologia Educacional*. Rio de Janeiro: Ed. Interamericana, 2ª ed
- BOISMENU, Gérard; Pierre HAMEL e Georges LABICA (1992). *Les Formes Modernes de la Démocratie*. Paris, L'Harmattan e Presses Universitaires de Montréal
- BORDENAVE, Juan Dias e Adair Martins PEREIRA (1984). *Estratégias de ensino-aprendizagem*. Petropolis : Editora Vozes. Sexta edição

- CANOTILHO, Joaquim Gomes (1999). *Direito Constitucional e Teoria da Constituição*. Coimbra: Almedina. Terceira Edição, revista e actualizada
- CASTELLS, Manuel (1998). *The Information Age: Economy, Society and Culture: Vol. I - The Rise of The Network Society*. Oxford: Blackwell Publishers, Ltd.. 5ª Edição. Original (1996), Oxford, Blackwell Publishers, Ltd..
- CASTELLS, Manuel (1998). *The Information Age: Economy, Society and Culture: Vol. II - The Power of Identity*. Oxford: Blackwell Publishers, Ltd.. 5ª Edição. Original (1996), Oxford, Blackwell Publishers, Ltd..
- CONSTANT, Benjamin (1986). *De l'esprit de Conquête et de l'Usurpation*. Paris: Flammarion. Original, 1814
- CONSTANT, Benjamin (1997). *Principes de Politique*. Paris: Hachette Littératures. Original, 1810.
- CONSTANT, Benjamin (2001): «*A Liberdade dos Antigos Comparada à Liberdade dos Modernos*». Coimbra: Editora Tenacitas. Traduzido para português por António de Araújo. Original, 1819, «*De la liberté des Anciens Comparée à celle des Modernes*».
- DAVIES, Robert; Lawrence ALEXANDER; Stephen YELLON (1979: *Sistemas de Aprendizagem*. S. Paulo: McGraw-Hill Editora. Tradução brasileira da edição do inglês Americano por Michigan State University
- FERREIRA, Henrique da Costa (2007). *Teoria Política, Educação e Participação dos Professores*. Lisboa: Editora EDUCA
- FERREIRA, Henrique da Costa (2002). *A Participação dos Professores na Direcção da Escola Secundária entre 1926 e 1989*. Bragança: Instituto Politécnico de Bragança. Série Estudos, nº 51. 2002
- GIDDENS, Anthony (2007). *Sociologia*. Lisboa: Fundação Kalouste Gulbenkian. Segunda edição. Original Inglês, 1991
- HABERMAS, Jurgen (1987). *Théorie de l'Agir Communicationnel*. Paris: Fayard. Tradução do original alemão por Jean-Marc Ferry e Jean-Louis Schlegel. Original Alemão, 1981
- JORNAL DE NOTÍCIAS. *Compras na Internet batem recorde em Portugal*. Em http://jn.sapo.pt/PaginaInicial/Economia/Interior.aspx?content_id=1733267. Acedido em 20/12/2010, 11h32
- MILL, John Stuart (1865; 1994). *Del Gobierno Representativo*. Madrid: Editorial Tecnos, S. A.
- MILL, John Stuart (1990): *De la Liberté*. Paris: Éditions Galimard. Original, Traduzido do Inglês para Francês por Laurence Lenglet. Prefácio de Pierre Bouretz. Original, 1859, *On the Liberty*.
- LIMA, Licínio C. (1998): *A Escola Como Organização e a Participação na Organização Escolar – Um Estudo da Escola Secundária em Portugal*, 2ª Edição, revista e aumentada. Braga: Universidade do Minho – Instituto de Educação e Psicologia – Centro de Estudos em Educação e Psicologia
- NOT, Louis (1991). *As Pedagogias do Conhecimento*, Editora Bertrand do Brasil, Rio de Janeiro
- PATEMAN, Carole (1970): *Participation and Democratic Theory*, Cambridge, Cambridge University Press
- PIAGET, Jean (1972): *Psicologia e Epistemologia - Para uma Teoria do Conhecimento*. Lisboa, D.Quixote
- RAWLS, John (2001). *Uma Teoria da Justiça*. Lisboa: Editorial Presença, Segunda Edição (1ª, 1993). Tradução de Carlos Pinto Correia. Original de Rawls, 1971, *Theory of Justice*, por Harvard University Press ROUSSEAU, Jean-Jacques (1973). *Contrato Social*. Lisboa: Editorial Editorial Presença. Tradução de Mário Franco de Sousa. Original, *Du Contract Social, 1760*
- TOFFLER, Alvin (1970). *O Choque do Futuro*. Lisboa: Edição Livros do Brasil. Original, *Future Shock*, 1970, Bantam Books
- VANDEMPHAS-HOLPER, Christianne (1983): *Educação e Desenvolvimento Social da Criança*. Coimbra. Almedina